

STF: proposta divide juristas.

PARA GOFFREDO, EMENDA DE SIMON É "RAZOÁVEL".

A emenda apresentada à revisão constitucional pelo líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), transformando o Supremo Tribunal Federal (STF) em Tribunal Constitucional gerou polêmica ontem nos meios jurídicos e políticos. "É uma solução razoável para o atual acúmulo de trabalho e julgamentos no STF", afirmou o jurista Goffredo da Silva Telles. O governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, também apoiou a sugestão. "Em outros países, temos as cortes constitucionais e, ao lado delas, tribunais julgando os casos que não dizem respeito à violação da Constituição". Para o juiz Dirceu Cintra Jr., titular da 2ª Vara Criminal de São Paulo, a modificação é necessária porque o STF "não tem enfrentado as inconstitucionalidades".

O ex-ministro da Justiça Célio Borja advertiu, contudo, que o sistema judiciário brasileiro não

está preparado para a criação de um Tribunal Constitucional. Ministro aposentado do STF, Borja acredita que as mudanças dariam ao Supremo o papel de entidade política, com vinculações partidárias, além de transformar o Superior Tribunal de Justiça (STJ) num órgão de cúpula com excesso de integrantes. "A mais alta corte do País não pode ser tão numerosa", afirmou, ao lembrar que o órgão máximo do judiciário passaria de 11 para 40 membros. Borja ressaltou que o Tribunal Constitucional, em substituição ao STF, é adotado na maioria dos países europeus, ao contrário do que ocorre no sistema americano, que inspirou o modelo brasileiro. "Na Europa, estes tribunais têm uma vinculação ideológica com os partidos, o que considero um risco". A fixação de um mandato, segundo ele, não seria problema: "A média de permanência no STF já é de cerca de 8 anos".